

Mulheres reúnem relatos de violência estatal no sistema de saúde e segurança em oficina

‘Maternidades Destituídas, Violentadas e Violadas’ foi o tema do primeiro dia de atividades do Workshop Violência Estatal & Paraestatal: Prisões, Maternidades e Territórios Tradicionais

A violência literal e simbólica no processo do parto, o direito à saúde e à integridade violados e a invisibilização de mulheres indígenas e negras foram questões pautadas durante a oficina ‘Maternidades Destituídas, Violentadas e Violadas’, que compõe a programação do Workshop ‘Violência Estatal & Paraestatal: Prisões, Maternidades e Territórios Tradicionais’, realizado a partir desta quarta-feira, 20/3, na sede do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFAM. Na oportunidade, acadêmicas e ativistas reuniram denúncias relacionadas ao sistema de saúde e segurança do Estado.

Em outubro de 2023, o estudante Marco Aurélio Winholt, de 20 anos, foi baleado e morto por um integrante da Polícia Militar do Amazonas enquanto se reunia com amigos na comunidade Raio de Sol, no bairro Cidade Nova, Zona Norte de Manaus. Além do luto, a mãe do jovem, a professora Aldemira Winholt precisou lidar com o estigma. Ao ser informada da morte do filho, ela ouviu o médico insinuar que Marco era criminoso, pois foi levado ao hospital pela polícia.

“Era um jovem promissor, independente, microempresário. Cursava Relações Públicas na UFAM. Hoje a gente não acredita no que aconteceu, porque foi praticado pelos agentes do Estado, esses mesmos que estão aí para proteger, foram eles que tiraram a vida do meu filho de uma forma violenta, praticando uma abordagem errada, atirando primeiro, para depois saber quem ele era”, disse Aldemira, que é mãe de outros três.

Também mãe de quatro filhos, Marinete Almeida Costa é indígena do povo Tukano e liderança na União das Mulheres Indígenas da Amazônia (Umiab). Durante a oficina, ela trouxe vivências e testemunhos da violência silenciosa sofrida por mulheres indígenas no sistema de saúde, como a falta de protocolo de atendimento e o apagamento étnico nas estatísticas.

“Qual o tamanho da violência?”, questiona Marinete, em uma crítica a falta de reconhecimento das demandas dos povos tradicionais na rede pública de saúde. “Eu tenho que ter uma estratégia, enquanto liderança, enquanto mulher, que é mostrar como está o sistema para o mundo acadêmico também ter essa sensibilidade e fazer essa luta conosco”, declarou.

Marinete e Aldemira foram duas entre as vozes que contribuíram para o levantamento de informações e relatos de vivências diante violências perpetradas por agentes do Estado, em oficina coordenada pela antropóloga Juliana Farias, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). “É um formato de oficina que modifica o formato tradicional, que a academia até hoje ainda preza muito de uma distância enorme entre palestrantes e audiência”, reconheceu Juliana.

“A gente conseguiu fazer com que essas assimetrias não prevalecessem. Acho que é por essa universidade pública que a gente luta. Então, achei o evento muito importante”, destacou.

Coordenadora geral do workshop, a professora e doutora em antropologia social Flávia Melo (UFAM) destacou a preocupação em investigar as violações cometidas pelo estado e também por quem não o representa. “A antropologia tem um interesse especial por isso, porque nos interessa

estudar os conflitos e as dinâmicas que organizam o mundo, a vida social. Saber como essas comunidades estão sendo atingidas, mas também como estão enfrentando a reagindo a isso”.

O ‘Workshop Violência Estatal & Paraestatal: Prisões, Maternidades e Territórios Tradicionais’ é uma realização da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através da Comissão de Direitos Humanos e do Comitê de Violência Estatal, coordenado pela Diretoria Norte, com apoio do PPGAS.

Bruno Tadeu

Jornalista - SRTE-AM 776

(92) 98155-1996

